

A IMPORTÂNCIA DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS DIANTE DA DESJUDICIALIZAÇÃO E IMPACTOS NOS CURRÍCULOS DO ENSINO SUPERIOR DE DIREITO

*THE IMPORTANCE OF EXTRAJUDICIAL SERVICES
IN FRONT OF DEJUDICIALIZATION AND IMPACTS IN
CURRICULUMS OF LAW HIGHER EDUCATION*

JOZIEL SILVA LOUREIRO

Mestrando em Direito Constitucional pela UNIFOR em MINTER com o CIESA. Tabelião e Registrador do 1º Ofício de Boa Vista-RR.
Lattes: [<http://lattes.cnpq.br/6906782637748858>].
ORCID: [<https://orcid.org/0000-0002-3422-0533>].
joziel.loureiro@gmail.com

MÔNICA MOTA TASSIGNY

Graduação em Educação (1986). Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (1994). Doutorado em Sécio-Economie du développement – Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales (2002). Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2002). Atualmente é Professora Titular da Universidade de Fortaleza, do programa de pós-graduação em direito constitucional e do programa de pós-graduação em administração. Membro titular da Academia Metropolitana de Letras de Fortaleza.
Lattes: [<http://lattes.cnpq.br/4109325305631925>].
ORCID: [<https://orcid.org/0000-0001-9483-0547>].
monica.tass@gmail.com

Recebido em: 26.05.2020
Aprovado em: 01.10.2020

ÁREAS DO DIREITO: Processual; Civil; Educação

RESUMO: É senso comum que o Poder Judiciário está sobrecarregado de demandas e com dificuldades de solucionar litígios de maneira célere e eficaz. Dessarte, na busca por meios alternativos de solução de conflitos que possam garantir o

ABSTRACT: It is common sense that the Judiciary is overloaded with demands and struggling to resolve disputes quickly and effectively. Assim, a busca por meios alternativos de resolução de conflitos que garantam o acesso à Justiça, a

acesso à Justiça, a desjudicialização apresenta-se como importante método de promoção desse acesso. Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar a premente necessidade de inserção do direito notarial e registral nas grades curriculares das Instituições de Ensino Superior (IES) de direito do País, tanto para capacitar os operadores do direito quanto para a atualização da grade curricular, não contemplada na Resolução 05, de 17 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação, haja vista que as serventias extrajudiciais são um importante polo de exercício de direito, que poderá caminhar ao lado do Poder Judiciário para auxiliá-lo na efetivação dos direitos dos cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: Serventia extrajudicial – Desjudicialização – Grade curricular – Instituições de ensino superior de direito.

desjudicialização, apresenta-se como um importante método de promoção desse acesso. Thus, the present article aims to analyze the pressing need for insertion of notary and registration law in the curricular grids of Higher Education Institutions (HEI's) under the country's law, both to train law operators and to update the curriculum, not contemplated in Resolution 05, of December 17 2018th of the National Council of Education, considering that extrajudicial services are an important pole of exercise of law, which may walk alongside the judiciary to assist it in the effectiveness of the citizens' rights.

KEYWORDS: Extrajudicial servicing – Disjudicialization – Academic curriculum – Law higher education institutions.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Breves considerações sobre o processo de desjudicialização. 3. A atividade notarial e registral, as serventias extrajudiciais e a desjudicialização. 4. O reflexo da desjudicialização no sistema de ensino jurídico brasileiro e a inexistente previsão como matéria curricular obrigatória dos direitos notarial e registral. 5. Conclusões. 6. Referências.

1. INTRODUÇÃO

Com a busca por soluções fora do Judiciário, as atividades notariais e registrais têm conquistado um maior campo de atuação e importância. Nesse sentido, também é necessário que os profissionais de direito, que desempenham funções junto aos cartórios, tenham em seu currículo acadêmico um conhecimento específico da matéria a fim de contribuir para o cumprimento eficiente de sua atividade.

O Direito Notarial e Registral é um ramo autônomo com regime jurídico próprio e possui peculiaridades que refletem no cotidiano das serventias extrajudiciais, nas quais os notários e registradores se deparam com várias situações distintas e precisam buscar jurisprudências, doutrinas, enunciados e todas as informações que ajudem para uma adequada resolução do caso. Dessa forma, a fim de acompanhar as mudanças da sociedade no que tange à solução de problemas jurídicos que envolvam o direito notarial e registral, é necessário que o seu ensino seja realizado mediante um ambiente acadêmico favorável que conjugue seus aspectos teóricos e práticos.

A referida pesquisa é relevante, pois as serventias extrajudiciais tiveram suas atividades ampliadas com o passar dos anos, revelando-se uma alternativa satisfatória para desafogar o sistema judiciário que há muito se encontra em colapso. No entanto, pouco